

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 34, de 2017

Autoria: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

Iniciativa:

Ementa:

Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2007 que “Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).

Assunto: -

Data de Leitura: -

Tramitação encerrada

Decisão: -

Último local: -

Destino: -

Último estado: 28/09/2017 - TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Matérias Relacionadas:

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 37 de 2017

TRAMITAÇÃO

06/10/2017 CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Situação: MATÉRIA EM TRAMITAÇÃO

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 16:26.

28/09/2017 CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Situação: TRAMITAÇÃO ENCERRADA

Ação: Reunida a Comissão nesta data, é lido e aprovado o Requerimento.

27/09/2017 CRE - Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Ação: Apresentado na Comissão nesta data às 13:34.

Requerimento da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional nº 34, de 2017

DOCUMENTOS

RRE 34/2017

Data: 27/09/2017

Autor: Senador Romero Jucá (MDB/RR)

Local: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Descrição/Ementa: Requer a realização de Audiência Pública no âmbito da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30 de 2007 que “Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo).”

RRE 37/2017

Data: 06/10/2017

Autor: Senador Wellington Fagundes (PL/MT)

Local: Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

Descrição/Ementa: Nos termos do inciso II do § 2º do art. 58 da Constituição Federal, combinado com o inciso II do art. 90 do Regimento Interno do Senado Federal, e em aditamento ao Requerimento nº 34/2017 – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que aprovou a realização de audiência pública para instruir o Projeto de Lei da Câmara 30, de 2007, que “Altera a redação do art. 6º da Lei nº 10.826, de 22 de dezembro de 2003 (Dispõe sobre o direito de agente público portar arma de fogo)”, requeiro a inclusão do nome do Senhor João Batista Fernandes de Sousa, Presidente da Federação Nacional dos Oficiais de Justiça do Brasil (FENOJUS), como palestrando convidado.